

## RENDA CIDADÃ COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À POBREZA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU

Aparecida PEREIRA<sup>1</sup>  
Francielly SOUZA<sup>2</sup>  
Patrícia SANTOS<sup>3</sup>  
Silvana TREVISAN<sup>4</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho, que é fruto das discussões realizadas nas aulas de Supervisão Acadêmica, problematiza-se os programas de transferência de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza. O capitalismo propiciou a concentração de capital nas mãos de poucos, causando efeitos perversos na sociedade contemporânea. Estes efeitos atingem a vida social dos indivíduos, geram exclusão, desigualdade social e pobreza a uma grande parcela da população, sendo discutida especificamente no município de Presidente Venceslau. O município mediante a situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, desenvolve um projeto de atenção às famílias inserindo-as no Programa Renda Cidadã, garantindo a transferência de recursos às famílias. Nesta perspectiva de transformação societária, na garantia e efetivação de direitos desta parcela da população excluída dos bens produzidos no sistema capitalista é que se insere o profissional do Serviço Social, sendo esta, uma profissão interventiva, com posicionamento ético-político e visão crítica da realidade, possui competência técnico-operativa para o enfrentamento da questão social e suas expressões.

**PALAVRAS – CHAVE:** Pobreza, Exclusão, Programas de Transferência de Renda, Renda Cidadã, Serviço Social

### 1 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O modo de produção capitalista define-se pela relação dominação-exploração da mão-de-obra do trabalhador, uma relação em que algumas pessoas são detentoras do capital e outras apenas da sua força de trabalho. Nos países desenvolvidos, até a década de 70, isto propiciou uma época de prosperidade

<sup>1</sup> Discente do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”

<sup>2</sup> Discente do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”

<sup>3</sup> Discente do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” (patricia.pv@hotmail.com)

<sup>4</sup> Orientadora. Docente do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” (silvanatrevisan@unitoledo.br)

econômica, que é considerada por alguns autores, como a época de ouro do capitalismo. Nesse período a produção é baseada no modelo produtivo taylorista/fordista, onde a produção em série e massa fixa o trabalhador em seu posto de trabalho, exercendo uma única função, não exigindo assim qualificação ou envolvimento para desenvolver a tarefa, não planejava, apenas as executava, o trabalho era reduzido a uma ação mecânica e repetitiva.

Esse processo produtivo que transformou a produção industrial nos principais países capitalistas, possibilitou o desenvolvimento da massa operária nas grandes empresas, e durante o seu apogeu, um grande acúmulo de capital. O capitalismo a partir do início dos anos 70, entra em crise estrutural, sua causa encontra justificativa na queda da taxa de lucro, devido ao aumento do preço da força de trabalho, no esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, na especulação financeira, pois o capital passou a ser investido na bolsa, na crise do Welfare State e no aumento das privatizações.

Na crise do nos excessos do modelo taylorista/fordista, da produção em massa, que prejudica o trabalho tirando sua dimensão criativa. Ocorre à superação desse modelo adotando-se um modelo com uma nova forma de se produzir, o modelo toyotista, onde a produção em série e de massa são substituídos por uma produção flexibilizada, adequando-se à lógica do mercado.

No toyotismo o controle é feito em todos os pontos do processo produtivo, não há estoques, a produção é planejada, variada, tendo como objetivo a produção de um bem do qual exista demanda de mercado. Essas transformações nos processos produtivos exigem um trabalhador polivalente, qualificado, que exerça várias funções, devendo apresentar não apenas habilidades físicas para realizar uma tarefa, mas capacidade de raciocínio, poder de abstração, de resolver imprevistos, é a racionalização do processo produtivo em menos tempo, o que intensifica a exploração do trabalhador.

A globalização e a revolução informacional, as transformações no processo produtivo, a evolução tecnológica, as formas de acumulação flexível, a necessidade de controlar o mundo do trabalho e a criação de instrumentos que substituem a mão-de-obra humana, conhecido como fenômeno da automação,

provocaram alterações na dinâmica capitalista, resultando transformações no mundo do trabalho, traz como conseqüência uma nova configuração para a classe que vive do trabalho: crescente índice do desemprego estrutural, trabalho informal, temporário, perdas de direitos trabalhistas, aumento do trabalho feminino, dentre outras.

Essas transformações no mundo do trabalho causam efeitos perversos na sociedade contemporânea, atingindo diretamente a vida social dos indivíduos, gerando altas taxas de concentração de capital nas mãos de poucos, exclusão, desigualdade social e pobreza para uma maior parcela da população.

O Estado também em crise nos anos 90, e em resposta a essa crise, surge o neoliberalismo, trazendo um Estado menos interventor na sociedade e na economia, o Estado não é mais o único responsável na garantia de direitos sociais, pois convida a sociedade civil organizada e setores privados a compartilhar desta responsabilidade.

Desse modo, nos deparamos com o desmonte das políticas públicas, onde o que é garantido em lei para todos os cidadãos passa a ser atendido pelo mercado, a população se torna cliente do Estado, ou seja, quem pode pagar pelo serviço (saúde, educação) o terá com qualidade. O Estado fica então, responsável apenas por aquela parcela da população que não possui condições financeiras para comprar esses serviços, correspondente às camadas mais pobres da população, que precisam comprovar sua situação de miséria, através de declarações de renda e atestados de pobreza para que tenham direito a intervenção do Estado, que por sua vez, não disponibiliza uma intervenção sustentável, pois encontra dificuldades em consolidar o que está garantido na Constituição, não conseguindo atender a demanda usuária desses serviços.

Segundo SIMIONATTO (2006, p.3) esse momento “fortalece o papel compensatório das políticas públicas, retirando o seu caráter universal, assumindo uma perspectiva focalista, na medida em que visa atender os segmentos populacionais mais vulneráveis”.

JESUS et al (2004, p.40) acrescentam que o neoliberalismo:

por negar o conceito de direitos sociais apresenta como características a pobreza em massa da sociedade, o subemprego, o desemprego, os

salários minúsculos, o bem estar privado comprado no mercado, os serviços públicos insuficientes, entre outros. Diante desta realidade podemos concluir que a perspectiva neoliberal nos distancia do universalismo dos direitos sociais.

Percebe-se que o ideal neoliberal contraria vários direitos previstos em lei desde Constituição Federal, Direitos Humanos, Política de Assistência Social entre outros, são alguns deles: universalidade, igualdade, liberdade em suas várias formas, trabalho, moradia, etc.

Falar da pobreza nos dias de hoje, é ir muito além da fome, da falta de moradia e vestuário, da precariedade na saúde, educação e outros. A pobreza atual vem falar do não acesso aos bens, programas e serviços, como também da parcela da população que não possui meios para acompanhar os avanços tecnológicos e as exigências para adentrar ao mercado de trabalho, vem falar das pessoas que se tornaram desqualificadas para o mercado, e hoje, não conseguem obter condições necessárias para dar a si ou sua família uma vida digna, com o mínimo necessário para sua sobrevivência.

MARTINS(1991) apud JESUS et al (2004, p.43) reforça essa idéia quando define pobreza como algo “que é muito mais que falta de comida e habitação, é a carência de direitos, de possibilidades, de esperança”.

Alguns autores chamam essas atuais expressões da pobreza, de “nova pobreza” que traz em seu conceito a desqualificação trabalhista, fazendo com que pessoas sejam excluídas do mercado de trabalho por tempo indeterminado, “gerando diminuição na renda e degradação das condições de vida dos indivíduos”. ( JESUS et al, 2004, p.48)

Segundo as mesmas autoras:

Além da fase de dependência o processo de desqualificação, gera uma outra fase caracterizada pela ruptura dos vínculos sociais, onde se cessam todos os tipos de ajuda, num momento em que as pessoas enfrentam todos os tipos de problemas em suas vidas. Elas deixam de ser amparadas pela proteção social e passam a conviver com situações em grau crescente de marginalidade, onde a miséria é sinônimo de dessocialização.

O neoliberalismo deu origem a uma sociedade individualista, pois o que antes era fundado no pleno emprego (Estado de Bem Estar), hoje baseia-se na competição, na desumanização do trabalhador, que tornou-se “uma peça, que pode ser descartada conforme a necessidade do mercado”. (JESUS et al, 2004, p. 44).

Hoje as pessoas vivem no “dilema” entre emprego e desemprego, pois se num minuto estão empregadas, no outro podem estar desempregadas, gerando assim uma imensa insegurança por parte dos trabalhadores, que se sentem ameaçados constantemente, e acabam perdendo a motivação no trabalho e até mesmo o ânimo de lutar por seus direitos, pois temem uma possível demissão e possuem o conhecimento de que a procura por emprego é absurdamente grande, podendo então serem facilmente substituídos. Muitas vezes, essa demanda populacional a procura de emprego é motivo de chantagem do patrão para com o trabalhador, pois a todo instante usa isso para amedrontá-lo ainda mais, forçando-o a fazer trabalhos que não são de sua responsabilidade, receber salários muito abaixo da óptica do mercado, cumprir maior carga horária muitas vezes sem direito a ganhar hora-extra, sem contar nos patrões que usam o “fantasma” do desemprego para agredir o funcionário, seja verbal, moral ou fisicamente. Isso “significa que as pessoas podem ter um emprego, mas podem não estar acima do limiar da pobreza”. (SILVA, 2007).

As instituições têm procurado cada vez mais sua desvinculação com o trabalhador, através da terceirização dos serviços, onde contratam empresas que ficarão responsáveis por contratar funcionários para si, isentando-se assim, de pagar os direitos desses trabalhadores como: acidente de trabalho, férias, décimo terceiro, entre outros, ficando esses sob a responsabilidade da empresa terceirizada.

Segundo JESUS et al( 2004, p.44) acrescentam que a terceirização:

Também concorre para transfigurar as relações de trabalho que antes se fundavam em direitos, pois se dá através de subcontratações, o que leva à desestabilização dos estáveis, a medida que trabalhadores podem ser demitidos e contratados, sem qualquer direito, por empresas terceirizadas, para exercer a mesma função e produzir o mesmo produto para a mesma empresa.

Todo esse quadro apresentado acima tem contribuído para o aumento da precarização nas relações de trabalho e o aparecimento de uma parcela da população

que se encontra excluída, pois não possui o elemento capaz de integrá-lo a sociedade: o trabalho, colocado desde os tempos de LUCKÁS como elemento fundante do homem. Essa condição faz com que essa população viva cada vez mais em situação de vulnerabilidade, e que conseqüentemente se exclua e se desqualifique ainda mais.

Em nossa sociedade, o trabalho é tido como um dos mais importantes valores, as pessoas ao acabarem de se conhecer muitas vezes antes mesmo de se perguntarem o nome, perguntam-se o que fazem, como se o trabalho fosse até mesmo um sobrenome. Nessa apresentação, já se procura classificar a pessoa que se está a conhecer, se seria trabalhadora ou não, caso a resposta fosse positiva, já se constrói certo conceito sobre essa pessoa e com isso todos os atributos que vem com essa idéia, ou seja, já relaciona-se essa pessoa com uma idéia de que terá futuro, esforçada, capaz, inteligente, entre outras características. Quando temos uma situação inversa, ou seja, quando a resposta é: “não trabalho”, “estou desempregado” ou alguma outra fala nesse sentido, já podemos perceber uma reação de desaprovação logo na fisionomia da pessoa que escuta, logo já se constrói a idéia de que a pessoa deve ser folgada, desinteressada, “vagabunda” entre outras palavras discriminatórias que são usadas para pessoas que estão em situação de desemprego.

Quando se trata de uma pessoa que se encontra em situação de pobreza, a situação é ainda pior, pois todos os problemas pelos quais ela passa, para a sociedade é fruto da falta de vontade dessa pessoa de “mudar de vida” ou da preguiça de procurar um emprego, como se em nosso país houvesse milhares de empregos disponíveis esperando a boa vontade dos pobres de trabalharem.

Por ser considerado intolerável pelo conjunto da sociedade, a pobreza possui um status social desvalorizado e estigmatizado, com isto, os pobres são obrigados a viver em situação de isolamento, tentando esconder sua situação de pobreza, buscando assim evitar humilhações e preconceitos que os impedem de ter acesso a uma melhor condição de sobrevivência. (PAUGAM 2002, apud JESUS et al, 2004, p.46).

Diante do exposto, pode-se perceber que no neoliberalismo o Estado se reorganiza, minimiza suas ações, transfere parte de suas responsabilidades para a sociedade civil, de maneira que políticas públicas garantidas pela Constituição Federal de 88 como saúde e educação, passam a adentrar universo de mercantilização das

mesmas; onde a população passa a comprar por esses serviços, descaracterizando a questão de direitos, assumindo o Estado suas responsabilidades dentro de um contexto focalista para aquelas pessoas que realmente não podem pagar por esses serviços.

Os programas e projetos do Estado, não falam mais em erradicação da pobreza, parece que não visam mais isso, seus objetivos são bem mais “modestos”, ou seja, se preocupam em amenizar, atenuar, diminuir os índices da pobreza; enquanto isso, uma parcela da população que não consegue se “adequar”, que é excluída cada vez mais, que vem perdendo as rédias de sua própria vida, se escondendo, se omitindo, é cada vez mais massacrada e humilhada, fechando-se “no espaço familiar, passam a se sentirem desanimados e a ter o sentimento de culpa e medo da situação que estão vivendo”. (JESUS et al, 2004, p.48).

## **2 ESPECIFICIDADES DA POBREZA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU**

O município de Presidente Venceslau está situado na área geográfica do Pontal do Paranapanema, pertencendo à região administrativa de Presidente Prudente. O povoamento, formação, bem, como a sua fundação foi conseqüência natural da extensão dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana para a região.

O processo de colonização da região e por conseqüência do município, se amparou em uma economia de base extrativista, sendo assim a evolução econômica de Presidente Venceslau é caracterizada em três fases:

- fase do café, até meados da década de 1930.
- fase do algodão e amendoim, até meados da década de 1950.
- fase da pecuária de corte, a partir de meados da década de 1950.

A terceira fase é marcada pela evasão dos trabalhadores do campo para a cidade, o que intensifica o processo de urbanização de Presidente Venceslau que, por volta de 1960, possuía uma taxa de urbanização de 61%. Isto ocorre por que os

pecuaristas devido a grande degradação do solo e o baixo índice de ganho de peso dos bovinos demarcam o declínio da fase da pecuária na década de 90, fenômeno que atingiu toda a região, provocando o aumento do número de desempregados, o fechamento do Frigorífico Kaiowa, empresa esta que fornecia o equivalente a mais de mil empregos diretos e indiretamente.

Na distribuição dos municípios da região em grupos para o Índice Paulista de Responsabilidade Social, Presidente Venceslau compõe o grupo 3, este é constituído por municípios de pequeno porte, baixo nível de riqueza municipal, escolaridade próxima a média, quando comparado ao restante do Estado de São Paulo.

O contexto acima se materializou no município nas últimas décadas confirmando, infelizmente, uma tendência de desigualdade de renda e elevados níveis de pobreza. Segundo o IBGE, existem em Presidente Venceslau, 37.335 habitantes, o que totaliza 11.656 famílias, que se pode analisar através dos aspectos abaixo:

- Aspecto Demográfico

Idade 15 anos – corresponde a 20,91%

Idade 25 a 59 anos – corresponde a 46,6%

Idade 60 anos – corresponde a 12,64%

Sendo que a faixa etária de 25 a 29 anos se classifica economicamente como população ativa.

- Aspecto Econômico

Empregados com carteira assinada – 2732

Empregados sem carteira assinada – 4620

Por conta própria – 3332

Total de 10.684 pessoas que recebem algum tipo de renda ( 61,34%) da população economicamente ativa. (Fonte: Seade 2003). Desta população economicamente ativa, 535 habitantes que representa 4,9% possuem renda menor que um quarto do salário mínimo e 893 habitantes que representa 8,2% possuem renda entre um quarto e meio salário mínimo, e 1439 famílias tem como renda mensal um salário mínimo, e dessas, 558 possuem em sua composição crianças e adolescentes.

As transformações históricas, econômicas, sociais e demográficas acontecidas ao longo do último século, alteraram a dinâmica familiar, pode-se observar mudanças nos padrões de relacionamentos entre homens e mulheres, no relacionamento entre os membros da família e o próprio conceito de família, vão sendo criados novos contextos familiares, que muitas vezes geram conflitos, que necessitam ser trabalhados.

A família deve ser o eixo de referência pela qual os seus participantes elaboram e determinam suas relações, estrutura sua identidade social e constrói os valores, mas a função social da família está abalada, a pois adquiriu um novo desenho que esta relacionado à crise geral da sociedade.

Mediante a situação atual da família, a Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau desenvolve através da Divisão de Bem Estar que é o Órgão Gestor da Assistência Social, um projeto de atenção às famílias do município – Projeto Apoio à Gestão, que possui como objetivo garantir a transferência de recursos às famílias, sendo um projeto de Assistência Social para o município como uma política transversal de acesso a outras políticas e tendo o núcleo familiar como principal sujeito e beneficiário dessas ações.

O Projeto visa à prevenção de situações de risco por meio do resgate da auto-estima, o desenvolvimento das potencialidades, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo que este trabalho ocorre através de reuniões, visitas domiciliares, encaminhamentos, palestras, dentre outros.

As famílias atendidas vivem em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, fragilização de vínculos afetivos, discriminações, pois cabe destacar que no município existe o preconceito que permeia o contexto familiar, relacionado a ter algum membro da família cumprindo

medida sócio-educativa, detido ou setenciado, pessoa egressa do sistema penitenciário.

No município existem duas penitenciárias com 1452 detentos, o que faz com que as famílias dos detentos os acompanhe e se instalem no município, e necessitem de auxílio, uma vez que sofrem a questão da discriminação, dentre outras.

Há também o fato da região possuir Destilaria de Álcool e Açúcar, faz com que novas famílias se instalem no município à procura de trabalho, o que muitas vezes não são adquiridos, necessitando assim de auxílio. Existe a realidade dos assentamentos rurais, que são quatro no total, e como é notório sabe-se que as locações em que vivem as famílias são precárias, o que plantam garante a subsistência, não gera renda para outras necessidades, estas famílias se tornam alvo de atenção da Assistência Social, sendo inseridas no Programa Renda Cidadã, garantindo a transferência de recursos às famílias, contribuindo para melhoria da qualidade de vida.

O próximo capítulo aborda os Programas de Transferência de Renda como estratégia de combate à pobreza.

### **3 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

Para entendermos os Programas de Transferência de Renda no Brasil, faz-se necessário primeiramente compreendermos que a idéia central originou-se através da articulação entre transferência monetária e políticas públicas direcionadas a todos que dela necessitar.

Esse programa tem início a partir de 1991, compondo agenda pública quando o senador Federal Eduardo Suplicy apresenta um projeto, onde propõe o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). Foi através deste projeto que inicia o processo de desenvolvimento desses programas no Brasil. Mas foi em 2003, no governo Lula, que esses programas começam a se destacar, direcionados para a construção de uma Política Pública de Transferência de Renda, sendo bolsa família o primeiro programa enquanto estratégia no enfrentamento à pobreza.

SILVA (2004, p. 141) afirma que a unificação dos programas de transferência de renda só se efetiva plenamente caso ocorra a unificação, num único programa, de todos os programas das esferas municipal, estadual e federal.

Até 2003 registrava-se diferentes programas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Programa Agente Jovem, Programa Nacional de Renda Mínima; Programa Bolsa Alimentação e Auxílio Gás.

Já em 2005 com a aprovação da Lei 10.835 o Programa de Transferência de Renda específica quais são os usuários dessa política, através de critérios de renda pré-definidos em cada programa.

O Programa de Transferência de Renda desenvolvido pelas diversas instâncias de governo tem como objetivo:

- Redução da desigualdade social;
- Erradicação da pobreza;
- Justiça social;
- Acessibilidade;
- Autonomia para as famílias e pessoas assistidas

Um instrumento utilizado nesses programas de transferência de renda é o cadastro. O cadastro é muito importante, por que é através dele que colhem-se informações necessárias para intervenções sociais nos municípios. A realização do cadastro está disponível via-online e todos os municípios são responsáveis pela sua execução.

Atualmente existem implantados no Brasil seis programas de transferência de renda, dos quais o Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem e Benefício de Prestação Continuada são de responsabilidade do Governo Federal; já o Renda Cidadã e o Ação Jovem são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo.

#### **4 PROGRAMA RENDA CIDADÃ COMO ESTRATÉGIN DE ENFRENTAMENTO À POBREZA E A AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL**

O Programa Renda Cidadã é um programa de transferência de renda, instituído desde 2001 pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) e Governo do Estado, que tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza, com renda mensal “per capita” de até R\$ 100,00, concedendo recurso financeiro temporário de R\$ 60,00 ( por 12 ou 24 meses, a depender da avaliação técnica), visando à melhoria das condições de subsistência das famílias, integradas com ações socioeducativas e de geração de renda.

São gestores desse programa, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social que normatiza, coordena, monitora e avalia, além de assessorar os parceiros na operacionalização do Programa; as Prefeituras Municipais que tem por responsabilidade: definir o foco territorial de atendimento, inscrever as famílias de acordo com critérios do Programa, selecionar as famílias inscritas de acordo com critérios estabelecidos, efetuar o cadastramento das famílias selecionadas no Sistema Pró-Social, realizar ações socioeducativas e de geração de renda e o Banco Nossa Caixa que emite os cartões magnéticos e efetua o pagamento em dinheiro através da rede de suas agências.

Para que as famílias possam ser selecionadas devem atender aos seguintes critérios: residir no município há no mínimo 2 anos e domiciliar em área caracterizada como bolsão de pobreza, ter renda mensal “per capita” de até R\$ 100,00, ter responsável legal com idade mínima de 18 anos,(com prioridade os desempregados, famílias chefiadas por mulheres e com maior números de filhos) ter crianças e adolescentes de 6 a 15 anos matriculados e freqüentando a escola e crianças de até 7 anos com carteira de vacinação atualizada. Para se manterem no Programa as famílias devem participar das ações desenvolvidas pelo município, comprovar a freqüência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos regularmente e manter a carteira de vacinação das crianças de até 7 anos atualizada. Para se inscreverem as famílias devem procurar a Secretaria Municipal de Assistência Social ou órgão correspondente de sua cidade.

No município de Presidente Venceslau, o Programa Renda Cidadã atende 449 famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social. São realizadas reuniões mensais, cuja participação do responsável é obrigatória e visitas domiciliares que ocorrem de 3 em 3 meses com a finalidade de avaliar a situação econômica da família e como o recurso do Programa está sendo utilizado.

Segundo os Profissionais diretamente ligados ao Renda Cidadã, não houve mudanças no quadro econômico das famílias inseridas no Programa, mas vale salientar que o recurso proporcionou significativa melhora na qualidade de vida dessas famílias, pois através dele, tiveram oportunidade de satisfazer necessidades básicas que antes não tinham condição financeira de prover.

Na gestão do Programa, têm-se como maior dificuldade a inserção das famílias em programas de geração de renda, pois na maioria das vezes, elas já têm o destino para o recurso pré-estabelecido, já possuem suas prioridades, desta forma, o quadro econômico das famílias não se altera, pois o recurso acaba sendo utilizado para satisfazer necessidades imediatas. Além disso, os profissionais ligados ao Renda Cidadã desconhecem o perfil das famílias atendidas pelo Programa, o que acaba por dificultar ainda mais suas intervenções.

Segundo a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento:

este programa de transferência de renda surge com o propósito de enfrentar o processo de empobrecimento de uma parcela significativa da população, que tem alterado profundamente a estrutura da família, seu sistema de relações e os papéis desempenhados. Um grande número de famílias vivencia processo de vulnerabilidade em decorrência do desemprego ou subemprego, falta de qualificação profissional, analfabetismo, situação precária de saúde, falta de moradia ou moradias precárias, falta de saneamento básico, violência, dependência química, separações e perdas na família, migração, assentamentos e reassentamentos.

O dinheiro destinado as famílias do Renda Cidadã, pode ser utilizado da maneira que a família achar melhor, para melhorias na habitação, na compra de alimentos, roupas, medicamentos, enfim, onde a família julgar ser mais necessário. Dessa forma, esse programa torna-se uma forma dessas famílias, antes completamente

em situação de exclusão social, voltar a ter possibilidade de traçar suas prioridades e suas estratégias de enfrentamento à pobreza, tornando-se sujeitos de direitos, capazes de sair da situação de pobreza extrema e melhorar sua condição de vida.

Logicamente, apenas o repasse dessa verba, não é suficiente para mudar a vida dessas famílias, pois falamos apenas de R\$60,00 por mês; mas o Programa Renda Cidadã, não é formado apenas pelo recurso, mas sim de ações socioeducativas que realmente são capazes de transformar a dinâmica familiar. Através de reuniões, palestras, enfim, espaços onde as necessidades dessas famílias possam ser colocadas, problematizadas e assimiladas tanto pelo Assistente Social que atua diretamente com essas famílias, como por elas mesmas, para que as próprias famílias possam ter condições de perceberem suas reais necessidades e uma maneira simples de enfrentá-las.

Ressalta-se aqui a importância do profissional de Serviço Social na gestão desse programa, um profissional articulado com outros segmentos, na busca de respostas sustentáveis a essas famílias, na produção de conhecimento e desenvolvimento de seus membros. Um profissional comprometido com os princípios do Código de Ética da categoria, que atue em busca do desenvolvimento da autonomia e emancipação do sujeito e que queira dar a essas famílias a possibilidade de se integrarem novamente à sociedade, que possam olhar pra si com olhar diferenciado, não mais como vítimas, mas como pessoas que entendem sua realidade e conhecem formas de mudá-la, acabando assim, com o sentimento de inferioridade e impotência que cerca essas famílias.

O Assistente Social é peça fundamental no sucesso do Programa Renda Cidadã, pois cabe a ele, viabilizar o acesso das famílias ao Programa, motivar o grupo e fazer com que o usuário veja o Programa como um direito, e nele, a oportunidade de transformar sua vida, já que lhe serão “apresentadas diversas alternativas que podem ser utilizadas em melhorias de vida em geral”. (BARBEIRO et al, 2004, p.49)

O profissional ao incorporar o acesso à Política Pública enquanto um direito poderá imprimir em sua atuação profissional, uma direção que de fato contribua na construção da autonomia dos sujeitos sociais. (FERNANDES, 2006, p.26)

A orientação no gasto desse recurso é fundamental, principalmente se for assimilado pelas famílias que esse recurso pode ser utilizado na geração de renda, na produção de produtos para venda como artesanato, pães, salgados, entre outros, a depender das aptidões da família, ou em cursos profissionalizantes, possivelmente dando suporte a essa família para que se insira no mercado de trabalho, possibilitando que sejam mais participativas na sociedade, que tenham sua auto-estima restaurada e que possam se ver realmente como cidadãos.

Buscar articulação entre as políticas setoriais, proporcionará base mais sólida para o profissional do Serviço Social, comprometido em estabelecer ruptura com o ciclo de miséria, desigualdade e destituição de direitos, pois favorecerá a inclusão e o acesso dessas famílias a rede de serviços, podendo assim obter melhorias em suas condições de vida.

Segundo BARBEIRO et al (2004, p. 30):

Através desse propósito de trabalho sócio-educativo, uniram-se as políticas públicas como saúde, trabalho, habitação e educação. O maior destaque dessa proposta é a obrigatoriedade da criança freqüentar regularmente a escola, explicitando o objetivo de garantir para ela formação intelectual, rompendo com o círculo de reprodução da pobreza. Nesse sentido é mais que um Programa de distribuição de renda, uma política de emprego, uma forma de reconhecimento social.

Cabe ao Assistente Social uma ação qualificada e competente, buscando o fortalecimento das famílias, estimulando sua participação e protagonismo, respeitando as diferenças e através de uma postura crítica, entender a realidade dessas famílias, o contexto ao qual estão inseridas, disseminando qualquer forma de preconceito e discriminação, na perspectiva de promover uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Contudo, o Renda Cidadã, como os demais programas de transferência de renda, apresenta alguns limites, que acabam por dificultar a concretização de seus objetivos. As condicionalidades de inserção nesses programas excluem grande parte da população que necessita desse recurso, seja exigindo uma renda “per capita” baixíssima, ou um tempo de residência que acaba por excluir migrantes recentes, enfim, toda condicionalidade evidencia o caráter focalista dos programas. Tudo isso,

exige que o Assistente Social crie novas estratégias para efetivar os objetivos propostos pelos programas de transferência de renda, em especial, o Renda Cidadã, almejando a construção da cidadania plena, o enfrentamento à pobreza e desigualdade social, reforçando a democracia com todos os direitos que ela assegura.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que as mudanças no mundo do trabalho ocorridas desde 1970 e seus efeitos, podem ser percebidos e sentidos nos dias de hoje, pois atinge diretamente a vida social dos indivíduos, se expressando na pobreza, exclusão e desigualdade social. Para melhor visualização dessa idéia, focamos os rebatimentos dessas mudanças no município de Presidente Venceslau, que apresenta-se como um município com grande índice de pobreza e desigualdade social.

Como estratégia de enfrentamento à pobreza, apresentou-se Programas de Transferência de Renda, em especial, o Renda Cidadã, que tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza, concedendo recurso financeiro temporário de R\$ 60,00 por mês, visando a melhoria das condições de subsistência das famílias. Através das ações socioeducativas que compõem o Renda Cidadã, o Assistente Social proporciona à família um espaço de problematização de suas reais necessidades e produção de conhecimento, na tentativa de restabelecer laços familiares, buscar participação e protagonismo das famílias.

Cabe ao Assistente Social orientar e proporcionar formas inteligentes e lucrativas de aplicar o recurso, na tentativa de ingressar novamente essas famílias no mercado de trabalho, na perspectiva de que elas próprias possam traçar suas prioridades e estratégias de superá-las, visando proporcionar autonomia e emancipação das famílias inseridas no Programa Renda Cidadã. Por ter a frequência escolar como exigência, o Renda Cidadã, assim como outros programas de transferência de renda, também visa a elevação do nível educacional das crianças, para que gerações futuras tenham possibilidades de romper com o círculo vicioso de reprodução da pobreza.

No município de Presidente Venceslau, apesar dos avanços que vem conquistando, como a participação das famílias, faz-se necessário identificar o perfil dessas famílias para que suas reais necessidades possam ser problematizadas, para que assim o profissional do Serviço Social possa dar respostas sustentáveis aos usuários do Programa.

A inclusão de famílias em programas menos excludentes, mais justos, como é o caso do Renda Cidadã, deve ser visto e sentido não só pelos usuários, mas toda a sociedade, como um direito e não como “favor”, apenas dessa forma será possível almejar uma nova ordem societária, onde as famílias terão muito mais que suas necessidades básicas garantidas, terão acesso aos seus direitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. H. **Os Despossuídos**: Crescimento e Pobreza no País do Milagre. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 1985.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?**: Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo, Cortez, 2003.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. São Paulo, Editora Boitempo, 2003.

BARBEIRO, F. M. S. et al. As **Alterações Ocorridas nas Famílias Inseridas no Programa Renda Cidadã no Município de Rancharia no Ano de 2003**. Presidente Prudente, 2004. 60f. Monografia ( Graduação) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, 2004.

Governo do Estado de São Paulo Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, **Apresentação - Renda Cidadã**. Disponível em <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/social/materia.asp?id=293>. Acesso em: 19/09/2008.

**Impacto sobre a Pobreza dos Novos Programas Federais de Transferência de Renda**. Disponível em <http://www.anpec.org.br>. Acesso em: 18/09/2008.

JESUS, A. **Assistência Social**: Direito ou Favor? As Percepções dos Usuários do Jardim Morada do Sol do Município de Presidente Prudente, 2004. 88f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2004.

SAWAIA, B. B. **As Artimanhas da Exclusão**: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

SILVA, N. A Nova Pobreza. Disponível em <http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=78185>. Acesso em: 15/09/2008.

SILVA, M. O. S; YASBEK M. C; GIOVANNI G. **A Política Social Brasileira no Século XXI**: a Prevalência dos Programas de Transferência de Renda. São Paulo: Cortez, 2004.